

A VERDADE E VERDADES NUM BREVE DISCURSO*

ROMERO MARINHO DE MOURA^{1,2,3}

¹Academia Brasileira de Ciência Agronômica, Recife, Pernambuco.

²Academia Pernambucana de Ciência Agronômica, Recife, Pernambuco.

³Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico de Vitória, Vitória de Santo Antão, Pernambuco.

Autor para correspondência: romeromoura@yahoo.com.br.

Nota do Autor

Esta mensagem é dedicada aos meus alunos e ex-alunos, muitos aqui presentes. Esses cidadãos foram sempre o meu grande incentivo na busca do saber e da sabedoria.

Minhas Senhoras e Meus Senhores

A verdade é uma palavra mágica. Transforma sonhos em realidades, hipóteses em fatos reais, dúvidas em tragédias. Nunca é demais lembrar que a verdade é o alicerce da sociedade organizada. A verdade é o princípio fundamental de todas as estruturas sociais, da pesquisa, do conhecimento científico, dos sistemas políticos, das ideologias, das religiões, das crenças e do convívio social. Mesmo havendo as verdades temporárias, sobretudo nas ciências, no mundo real elas prevalecem e colocam-se sobre tudo e sobre todos. Nesta mensagem, que trazemos para os senhores e senhoras, vamos inicialmente divagar sobre verdade. Conjuntamente, discutiremos sobre algumas verdades relacionadas ao surgimento do mundo acadêmico no Brasil e sobre algumas responsabilidades universitárias. Paralelamente, discutiremos verdades sobre a seca do semiárido, esta tragédia cíclica nordestina, que vem nos afetando com muita intensidade nestes últimos dois anos e que está sendo considerada uma das mais severas dos últimos 40 anos. A importância do

*Discurso proferido no dia 06 de junho de 2013, no auditório Jorge Lobo, do Centro de Ciências da Saúde, da Universidade Federal de Pernambuco, por ocasião da outorga do título de Professor Honoris Causa ao autor, pela Universidade Federal de Pernambuco.

tema principal está explicitada no significado da palavra verdade, mas deve ser aqui enfatizado que a história tem mostrado as mais graves das consequências quando são realizados ou praticados atos em desrespeito ou mesmo por falta de conhecimento de verdades vigentes.

Objetivando uma breve discussão do tema verdade, vamos historiar fatos, retrocedendo longamente no tempo. Vamos viajar para o passado, até 500 anos antes de Cristo, para chegarmos à Grécia Antiga. Lá encontraremos um povo organizado, uma comunidade em plenitude social, política, filosófica e cultural. A preocupação com a verdade encontra pontos máximos nas expansões filosóficas das discussões de Aristóteles com Platão. Surgia naquela época o teatro e as suas manifestações, trazendo alegrias e emoções fortes para o público, que assistiam às peças destinadas à honra do Deus Dionísio, ao longo do seu calendário festivo. Muito embora o imitar seja próprio do ser humano, conforme descreveu Aristóteles em Poética, e as atividades miméticas remontarem aos homens das cavernas, como atestam as pinturas rupestres, o que ocorreu em Atenas do século VI a. C, no teatro e no imitar da vida cotidiana, foi completamente diferente de tudo que se havia testemunhado até então. No teatro, nesses seus primórdios, proliferaram as sátiras e os dramas, que transformavam verdades e mentiras do dia a dia em comédias e tragédias, para a distração do grande público. Famosos escritores e poetas, a exemplo de Aristófanes, faziam as plateias sorrir com as suas sátiras, em momentos de descontração e alegria. Porém, outros faziam o povo chorar, diante do drama do sofrimento humano, a exemplo de Ésquilo e Eurípides, que deixaram obras maravilhosas e que são vividas no teatro até os dias de hoje. Não chega a ser curioso que muitos desses *scripts* revelam as consequências trágicas relativas ao desrespeito ou ao desconhecimento da verdade. Sófocles, poeta trágico e autor teatral, que nasceu em 496 a. C foi, aparentemente, o mais brilhante de todos, pois escreveu, ao longo dos seus 91 anos de existência, mais de cem peças, das quais, sete chegaram completas até nós. Quem não se recorda de Édipo, que, proclamado Rei, após uma vida de conflitos e sacrifícios, vivia feliz com os seus quatro filhos que teve com sua esposa Jocasta, em profundo desconhecimento da verdade da sua própria vida e da vida da sua esposa, na verdade, a sua própria mãe? Esse trágico fato, que foi revelado pelos oráculos para a descoberta do assassino do Rei de Tebas, o Rei Laio, que, na verdade, era o seu próprio pai, e que, por desconhecer-lo, havia sido morto pelas suas

próprias mãos. Sabedor da terrível verdade, Édipo mergulhou na escuridão eterna da cegueira, destruindo seus próprios olhos.

Quinhentos anos mais tarde, já na era cristã, os fariseus não conseguiram enxergar as verdades manifestas nas palavras de um pregador peregrino; um desconhecido, vindo de Nazaré para Jerusalém. A verdade que esse desconhecido pregava nada mais era do que os caminhos do bem entre os homens, uma verdade que deveria ter sido seguida por todos desde aquele tempo, mas que não floresceu naquela época, pois não foi ou não quis ser entendida pela sociedade de Jerusalém. O resultado dessa cegueira coletiva, semelhante àquela em que Édipo mergulhou, foi o brutal assassinato que silenciou o mensageiro da paz, mas não apagou a verdade das suas palavras, pois elas permaneceram eternas, sobrevivendo as noites dos tempos, por esses milênios já passados. Hoje, 2013 anos após a morte do jovem pregador de Nazaré, verifica-se que sua verdade o transformou no maior personagem da História, pois, atualmente, existem mais de um bilhão e duzentos milhões de seus seguidores, que pregam ou seguem a verdade cristã em, praticamente, todas as partes do mundo.

Pouco mais de mil e quinhentos anos se passaram desde os mencionados acontecimentos de Jerusalém, quando, em 1564, nascia em *Stratford-upon-Avon*, uma pequena cidade da Inglaterra, William Shakespeare, o maior dramaturgo de todos os tempos. Em 1601, Shakespeare escreveu a mais famosa das suas peças, que é sucesso até os dias de hoje e que desafia os melhores atores para a sua interpretação. Dizem muitos que são pobres aqueles que ainda não a assistiram ou leram “Hamlet”. Pobre rico príncipe Hamlet, com sua vida trágica! Quanto sofrimento se vê na primeira cena do terceiro ato, em um monólogo, quando ele exclama a frase que repercute até os dias de hoje: *to be or not to be; that's the question!* (Ser ou não ser; eis a questão!). Teria o seu tio Claudius assassinado seu próprio irmão e pai do jovem Hamlet para se casar com Gertrudes, a mãe de Hamlet, para se tornar o novo rei, do modo como lhe foi informado em sonho pelo seu próprio pai morto? Seria esse seu sonho a verdade real dos fatos ocorridos? Desgastado, indaga adiante Hamlet, ainda no mesmo ato: “Será mais nobre sofrer na alma as flechadas do destino feroz ou pegar em armas contra o mar de angústias, combatendo-o e dando-lhe fim? Morrer, dormir, só isso, pois com o sono, dizem, extinguem-se as dores do coração”. O desconhecimento da verdade, portanto, transformou o resto da

vida do jovem príncipe numa existência miserável. À beira da morte, Hamlet utiliza os últimos momentos de sua breve vida para concretizar a vingança. Ainda com a espada envenenada na mão, o jovem príncipe mata o seu tio Claudius e o resto é um profundo silêncio. Na cena final, como consequência de toda a tragédia, o palco fica povoado por cadáveres. Era ou não Claudius o verdadeiro assassino do seu pai? Verdades, dúvidas e sofrimento caminham lado a lado na longa história da humanidade.

Saindo das cenas de palco e tomando a vida real, lançamos uma pergunta a todos: qual é a verdade fundamental da universidade brasileira? De que maneira a nossa universidade pode colaborar para que a juventude do nosso país não viva na cegueira profunda de Édipo nem viva e termine os seus dias com trágicas dúvidas, ao modo do jovem príncipe Hamlet? Seria por meio de um ensino atualizado, com a pregação do método científico, cercado da máxima de que não há nenhum critério de verdade fora da ciência? Será esta a grande e única verdade da universidade brasileira? Acreditamos que seja uma parte da verdade indagada. Entretanto, isto já é uma prática rotineira nas nossas salas de aulas. O Brasil, desde os anos sessenta, conseguiu renovar e formar um novo quadro docente, de alta competência. Já são muitos os locais neste país que nos permite denominá-los de Centros de Excelência, que produzem, anualmente, novos e competentes profissionais e cientistas. Também, anualmente, têm surgido, por meio de esforços governamentais, muitos novos grupos universitários de cientistas e de educadores, os quais, gradativamente, assumem posições de destaque no cenário nacional, por meio de brilhantes participações nas suas respectivas Sociedades Científicas. Um bom exemplo é Centro Acadêmico de Vitória, o CAV, um dos orgulhos da UFPE. Esse Centro, tão eficiente academicamente e administrativamente, ressalta uma importante característica peculiar e importante: a diversidade de origem dos seus excelentes e jovens professores e professoras, tendo sido evitado na composição do quadro docente o conhecido *inbreeding*, ou consanguinidade acadêmica, que tanto prejudicou e ainda prejudica o avanço e o desenvolvimento de algumas universidades brasileiras. O CAV é uma jovem verdade acadêmica; uma verdade universitária levada à interiorização em Pernambuco. Está de parabéns a UFPE por este feito.

Continuando com a indagação, questionamos: Seria então a verdade da universidade brasileira a sua presença gratuita, de qualidade e para todos, do

modo como defendem os líderes sindicalistas universitários? Respondemos dizendo que esta é mais uma meia verdade, conforme se comenta popularmente, mas, perguntamos: com que finalidade? Continuar a formar novos cientistas e novos técnicos bem treinados em princípios e métodos científicos e acadêmicos? Falta, no nosso entendimento, um complemento de fundamental importância nestas duas respostas relativas à função da Universidade. Em nossa opinião, as universidades brasileiras, além de prepararem cientistas e profissionais não cientistas, devem trabalhar para que, paralelamente a esses tão nobres objetivos, possam formar verdadeiros cidadãos. Formar profissionais que, além de aprenderem as teorias e as técnicas fundamentais da sua área, conheçam as verdades do nosso povo, da nossa região, do nosso país e mesmo do nosso planeta Terra. Profissionais que tenham consciência e sensibilidade social e ecológica. As universidades brasileiras deveriam abrir portas mais largas para a entrada da sociedade no *campus*, proporcionando o debate dos grandes temas; não ficando à margem, isoladas, ao modo das antigas e pioneiras faculdades brasileiras. A nossa verdade social e a nossa verdade ecológica devem ser trazidas obrigatoriamente para intramuros universitários e debatidas com a maior das intensidades. Assim sendo, estaremos diminuindo as nossas cegueiras sociais e enxergando as nossas verdades. Vivendo numa região pobre, seríamos mais sensíveis com o sofrimento do próximo. Teríamos uma maior consciência das nossas verdades; da nossa existência enquanto seres sociais e enquanto seres humanos. No nosso entendimento, minhas senhoras e meus senhores, esses debates, ora propostos, necessariamente, deveriam ocorrer com alta frequência no *campus* com a presença da sociedade, pois somos um país em crise. Que os tópicos abordados possam ser objetos de estudos paralelos, em seminários e em salas de aula, de graduação e pós-graduação, sempre com a participação ativa dos alunos. Essas ações devem ser aplicadas em todos os cursos de formação profissional. Lembremo-nos que o desconhecimento das nossas próprias verdades sociais e ecológicas sempre nos induz a erros, especialmente quando levamos o nosso apoio a equívocos governamentais decisórios, aparentemente brilhantes, como estamos acostumados a praticar, sem a mínima reação crítica. Um bom exemplo é a transposição do rio São Francisco, com um custo de bilhões de dólares, pagos pelos contribuintes. Este exemplo é aqui trazido porque é voz geral que se trata de um projeto de importância

questionável, associado a impactos ecológicos imprevisíveis, sem pesquisas prévias, todo isto em detrimento a uma política de proteção das famílias sertanejas, destinadas, ciclicamente, a uma “Morte Severina”, como mostrou o pernambucano inesquecível João Cabral de Melo Neto, que todos deveriam ler. Somos cegos em relação a esta situação trágica que está a acontecer nos dias de hoje, devido a esta nova seca, que já nos parece interminável. Nós não sabemos, por exemplo, qual é a verdade numérica em relação à mortandade infantil, ou seja, desconhecemos os dados oficiais relativos ao desaparecimento dos nossos irmãos recém-nascidos do semiárido que tiveram morte precoce, neste período de seca que assola quase todos os estados do Nordeste. Não sabemos igualmente qual o grau de sofrimento dos nossos irmãos sertanejos trabalhadores, que, segundo dados oficiais de hoje, já somam, em Pernambuco, um milhão e quatrocentos mil almas em abandono, pobres, vivendo de esmolas. É triste saber que para esses infelizes cidadãos só lhes restam olhar para os céus com desesperança e buscar em suas crenças as palavras do pregador de Nazaré, quando, em seu extremo sofrimento físico, sentindo-se abandonado e já sem esperanças de sobreviver aos castigos impostos por seus perseguidores, restou-lhe perguntar: Pai, por que me abandonaste? Por que não acudimos efetivamente os nossos irmãos sertanejos flagelados pela seca? Por que apenas enviamos carros-pipa com água de qualidade duvidosa e com pouca regularidade? Por que apenas pequenos segmentos da sociedade organizam-se para colherem donativos, que é um termo suave para esmolas. Segundo afirmam alguns dos nossos desavisados políticos, a seca está sendo e tem que ser combatida efetivamente, quando se sabe que os fenômenos naturais climáticos, especialmente os cíclicos, não podem ser combatidos, e sim com eles convividos e para isto devem ser criadas estruturas políticas de proteção às comunidades carentes e criados mecanismos de sobrevivência para serem ativados durante a seca, pois ela é cíclica. Programas semelhantes ao “Projeto Rondon” e ao PDCT/NE/CNPq, este dos anos oitenta (Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico para o Nordeste) deveriam ser ampliados e repetidos. As universidades com esses tipos de programa formariam jovens com maiores motivações e sensibilidade social, independentemente da profissão escolhida. Isto, minhas senhores e meus senhores, no nosso entendimento, são verdades fundamentais para a proteção do nosso povo, para o desenvolvimento do nosso país e para a melhoria das

nossas futuras gerações. Esses cidadãos motivados e conscientizados, com certeza, irão se engajar na luta contínua e necessária por melhores dias para os permanentes náufragos da nossa região semiárida. Precisamos urgentemente aqui no Nordeste de uma consciência ecológica efetiva por parte dos nossos dirigentes e principalmente por parte da nossa juventude; uma consciência que nos proteja dos males climáticos permanentes que assolam à nossa região. Igualmente, precisamos de universidades nordestinas mais, ainda mais, comprometidas com o nosso povo. Esta necessidade nos faz lembrar a figura do grande antropólogo, educador, político e fundador da Universidade de Brasília: Dr. Darcy Ribeiro, de saudosa memória. Pinçando pontos da sua publicação intitulada “Universidade para quê?”, questionou o Prof. Darcy, analisando as causas do atraso brasileiro da época: “Que universidade nossa discute as causas do atraso brasileiro em suas cátedras como uma questão fundamental? Que universidade toma esse tema como a sua causa? Será que todo o saber acumulado nessas cátedras é fiel ao povo que as subsidia?” A universidade é a formadora da consciência nacional, pois prepara a juventude para o seu futuro e para o futuro da nação; sempre foi assim! Lembremo-nos, minhas senhoras e meus senhores, que durante o Brasil Colonial as primeiras gerações de brasileiros eram enviadas para estudos acadêmicos na Universidade de Coimbra, em Portugal, administrada pelos Jesuítas que eram conservadores e inquisidores. Ao fim dos seus estudos, os brasileiros voltavam formados, mas escravagistas, simpatizantes e defensores da Coroa e do arbítrio português. Lembremo-nos também que após a revolução liderada pelo Marques de Pombal, em 1759, e com a consequente expulsão dos jesuítas de Portugal, que foram substituídos por educadores progressistas, todos com mentes regidas por sentimentos de liberdade, devido aos anseios libertários em ascensão na Europa e, especialmente, pelas atitudes daqueles que apoiavam os princípios que regeriam mais tarde a revolução francesa em 1789, os nossos agora gloriosos jovens antepassados voltavam igualmente formados, mas abolicionistas e ávidos por liberdade. Como resultado, criou-se uma mentalidade abolicionista em nível nacional (lembremo-nos de Joaquim Nabuco) e libertária (lembremo-nos do Frei Caneca e do seu “Thyphis Pernambucano” e das reuniões do mosteiro de Olinda; lembremo-nos de Tiradentes, mártir maior da nossa independência). É inquestionável que a universidade de Coimbra, após a reforma do

Marques de Pombal, teve papel preponderante no surgimento desses dois importantes movimentos que se tornaram vitoriosos no Brasil do século dezenove. Foram os conhecimentos adquiridos por meio de ensinamentos e debates com professores e mentes iluminadas em Coimbra, que os nossos antepassados, sensibilizados com as questões sociais e políticas brasileiras, fizeram despertar o senso de humanismo e de nacionalismo libertário entre seus compatriotas.

O passado é sinônimo de experiência; que pode ter sido positiva ou negativa. Relembrar o passado e tirar lições objetivas é agir com sabedoria. Nunca devemos esquecer os exemplos do passado que, necessariamente, devem ser trazidos com frequência para o presente, com as suas verdades, infelizmente, às vezes, em forma de tragédias, que devem ser evitadas, mas, felizmente, e na maioria das vezes, gloriosas e que devem ser sempre reconsideradas. Tomando novamente a questão da seca do semiárido, que está tirando a paz e a vida dos sertanejos nordestinos nestes últimos dois anos, vamos rebuscar um exemplo positivo do passado para análise objetiva das suas verdades. Vamos recordar e dar, de início, muitas vivas à saga do cidadão e mártir nordestino Antonio Vicente Mendes Maciel, o Antônio Conselheiro, da longínqua Quixeramobim, no estado do Ceará. Estávamos nos aproximando do fim do século 19. Estávamos vivenciados uma das mais terríveis secas da história do Brasil, a de 1877, que se prolongou por muitos anos e que só o estado do Ceará registrou a morte de mais de 100.000 pessoas. Este exemplo deve ser sempre lembrado e dele tirado lições. O beato Conselheiro era um homem hábil e inteligente, mas maltratado por problemas pessoais que lhes causavam permanentes dores na alma. Era bem letrado por autoeducação e tinha a mente firmemente voltada para o futuro. Esse brasileiro enfrentou e venceu a mais forte das secas que o Nordeste já vivenciou. Para isso, cruzou uma região causticante, caminhando do Ceará à Bahia, peregrinando sob sol forte, respirando poeira e pisando em espinhos; tal qual Moisés em busca da terra prometida, coincidentemente, outra região semiárida. Conselheiro conseguiu um grande número de seguidores ao longo da sua árdua caminhada. Eram homens, mulheres e crianças que acreditaram nas suas verdades, expressas por palavras que falavam fundamentalmente da salvação das suas almas, pois era o tudo o que lhes restavam, em meio àquela seca infernal. Os seus corpos doloridos já não mais tanto lhes interessavam,

tal a intensidade dos seus sofrimentos físicos e para todos só restava à redenção das suas almas. Caminhavam movidos pelo grito desesperado de um verdadeiro SOS dos náufragos, aliás, um código telegráfico que literalmente significa *save our souls*; ou salvem as nossas almas. Semelhantemente ao que ocorreu no Monte Sinai, esses peregrinos estabeleceram-se num ponto derradeiro da caminhada, no estado da Bahia, no Alto dos Canudos, uma localidade situada perto do vale do rio Vaza Barris; longe de tudo e de todos. O rio Vaza Barris é perene, possui mais de 450 km de extensão e atravessa o semiárido dos estados da Bahia e de Sergipe, desaguardo no litoral sergipano. Nesse local de assentamento, sob o comando firme de Conselheiro, foi criada a comunidade denominada Arraial de Canudos. Os peregrinos organizaram-se socialmente, praticaram agricultura e pecuária e criaram um forte mercado de peles de caprinos. Tudo sob o comando de Conselheiro. Desapareceram a fome e a sede, pois o projeto teve sucesso. Aliás, minhas senhoras e meus senhores, surge uma questão neste momento: quem sabe se o lendário e próspero Delmiro Gouveia, personagem da memória histórica recifense dos anos 30, que abandonou por perseguição política a sua vida de riqueza e conforto da capital recifense para se instalar às margens do rio São Francisco, nas proximidades de Paulo Afonso, no tórrido semiárido da Bahia e se transformou num empresário de tanto sucesso técnico e financeiro, não se inspirou no projeto de Antônio Conselheiro? É muito provável que sim! Foi com fé, água e trabalho árduo, mas compensador, que Conselheiro organizou uma exemplar comunidade de mais de 5.000 nordestinos, até hoje referidos pelo termo, até certo ponto pejorativo, de jagunços. Achamos que seria mais humano referir-se àquela população como retirantes, migrante ou náufragos da seca. Conselheiro e os seus seguidores formaram uma comunidade pacífica, próspera administrativamente organizada e triunfante. Entretanto, o seu exemplo como organização social não foi considerado pelos governantes da época, todos, desde então, longe geograficamente e espiritualmente das vicissitudes do Nordeste. Como consequência as 5.000 pessoas, incluídos idosos, mulheres, crianças e trabalhadores, foram arrasados criminosamente pelas tropas do Governo Federal, coincidentemente, pelo primeiro presidente civil eleito no Brasil, o rico e próspero paulista piracicabano e plantador de café, Prudente de Moraes. No alto do seu Arraial, Conselheiro não recebeu uma tábua de salvação com dez mandamentos, mas, sim, a morte com a

destruição do seu sonho. O golpe foi demasiadamente forte e humilhante. Quanto ao desrespeito á fé e a religiosidade daquela comunidade praticado pelas forças federais, contam os historiadores que, curiosamente, a torre da igreja nova, construída com muito esforço, a Igreja do Bom Jesus, que era o local de preces e de exercícios de sentimentos de fé e de esperança, foi o alvo escolhido para a artilharia maldita, que anunciaria a todos da comunidade a chegada do fim, assim como realmente aconteceu, com a morte de todos, em 5 de outubro de 1897.

Mas a verdade de Antônio Conselheiro, igualmente à verdade do Cristo de Nazaré, não desapareceu na noite dos tempos com os seus assassinatos. Ressurgiria das cinzas a que foi reduzido o Arraial de Canudos. Ressurgiria para um grande debate nacional. Viria poucos anos mais tarde, nas palavras de um jovem engenheiro jornalista, que se tornou um dos mais importantes escritores brasileiros e que testemunhou a matança desses nossos irmãos sertanejos: o grande Euclides da Cunha, autor de “Os Sertões”. Euclides da Cunha, trabalhando para o jornal “O Estado de São Paulo”, foi o responsável pela cobertura do episódio final de Canudos. Os Sertões se tornou o primeiro best seller brasileiro, tendo sido publicado em 1902 e, até hoje, é uma leitura importantíssima para todos os brasileiros, máxime para os nordestinos. Essa grande obra literária descreveu, inicialmente, com grande precisão, todas as características físicas, climáticas e sociais do Nordeste, especialmente do semiárido. Os Sertões mostrou com clareza a todos os brasileiros, com o seu excelente conteúdo, até mesmo do ponto de vista científico, o que era a verdade do Nordeste semiárido e do Nordeste em geral, o nosso natural habitat, a nossa verdade social e ecológica, que permaneceram praticamente as mesmas, bem à nossa frente, até os dias de hoje. Infelizmente, como somos pouco sensíveis socialmente, nos postamos permanentemente com vistas para o mar o que nos coloca sempre de costas para eles. Euclides da Cunha chamou a atenção de todos com o seu trabalho pioneiro e descritivo, feito numa época de pouco recursos. Os Sertões se completa com a descrição da tragédia de Canudos, mostrando como aconteceram e o porquê de tantas mortes. Ficou provado que, sem respeitar uma comunidade indefesa e uma verdade tão visível, assim como era o bem sucedido projeto dos retirantes, preferiu o Governo Federal, associado ao Governo do estado da Bahia, acabar com o Arraial de Canudos, justificando o arbítrio com o fato de que o beato

Conselheiro e seus os seus seguidores eram simpatizantes da Monarquia. Então, diante de pesadas forças militares portando armamentos modernos, todos do Arraial lutaram desesperadamente em defesa das suas vidas, dos seus ideais e da soberania da comunidade, até a última gota de sangue. Igualmente à cena final de Hamlet, todos morreram; homens, mulheres e crianças e restou apenas um profundo silêncio; que permanece até hoje!

A vida seguiria com novos fatos e novas verdades ao longo desta rica história do Brasil. Com efeito, devido à vinda da Família Real portuguesa, algumas poucas verdades brasileiras passaram a ser discutidas em ambientes acadêmicos no nosso território, com o surgimento das primeiras faculdades isoladas. Em 1808, D. João VI, homem culto, surpreso com o nível de atraso do povo brasileiro, criou a primeira faculdade do Brasil, a Faculdade de Medicina da Bahia. Estávamos realmente muito atrasados! Há duzentos anos antes existia a já então famosa Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, um país mais jovem do que o Brasil. Mais tarde, D. João VI criaria novas faculdades no Rio de Janeiro e em outros estados, inclusive em Pernambuco. Hoje se questiona o que teria sido da educação no Brasil se Napoleão não tivesse intenções de invadir Portugal. Mas as poucas discussões dos problemas brasileiros nesses locais de ensino superior não eram universais nem amplas e irrestritas, pois não havia uma universidade, ou seja, o local da universalização do conhecimento. Nas faculdades só se discutia um único tema e geralmente por um grupo de pessoas de uma mesma linha de pensamento. Também, não existia liberdade de expressão, pois vivíamos sob o julgo português, e as nossas verdades eram as verdades portuguesas. Quem ousaria falar em abolição? Países mais jovens do que o Brasil, a exemplo dos Estados Unidos, já citado, e o México, possuíam no século XVII universidades em números razoáveis e que diretamente interagiam com a sociedade. É bom ser ressaltado que por ocasião da expulsão dos jesuítas de Portugal pelo Marques de Pombal, para revolucionar também o ensino naquele país, esse grande líder justificou a sua intervenção na universidade afirmando que queria um ensino com qualidade para a formação de cidadãos que ajudassem Portugal a se fortalecer como nação e não para o fortalecimento da religiosidade ou para o exercício de criação de novas premissas de fé. A sociedade e as universidades, minhas senhoras e meus senhores, devem andar de mãos dadas. A sociedade americana, por exemplo, sempre teve importante papel na administração das universidades, por meio

da sua participação nos Conselhos Superiores Universitários, os conhecidos *Board of Referees*, constituídos por cidadãos comuns, não acadêmicos, da sociedade civil. Por meio dessa participação, problemas sociais importantes do município, do estado e do país são priorizados pelos membros do citado Conselho para financiamento de projetos de pesquisa, ensino e extensão. Temas sociais e econômicos como desemprego, drogas, prostituição e guerras, frequentes problemas sociais naquele país, são priorizados nas universidades americanas, em função dos maiores ou menores índices de ocorrências. O mesmo acontece com a criação de novos assuntos que são trazidos para a sala de aula, gerando, inclusive, novos cursos. É devido à interação permanente entre universidades e sociedade que os governos norte-americanos escolhem muitos dos seus assessores dos quadros docentes das universidades. No nosso país, a maioria das universidades – afirmamos que não são todas – comporta-se como um cisto, isoladas da população, que as observa ao passar ao largo, distante. Precisamos trazer a sociedade para dentro do *campus* e os seus problemas para a sala de aula. A própria sociedade, uma vez no *campus*, seria testemunha ocular das necessidades materiais e dos ocasionais descasos administrativos universitários.

Com a aproximação e a chegada do século XX, o Brasil parecia estar saindo das trevas, num verdadeiro renascimento. Surgiram os primeiros brasileiros mais ilustres, mais letrados, a exemplo de Rui Barbosa, homem de cultura e inteligência inigualáveis. O mesmo pode ser dito em relação aos cientistas, com destaque para Oswaldo Cruz, tão combatido pelas suas ideias e verdades sanitaristas. Viriam outros. Formado pela Faculdade de Direito do Recife, instituição de rico histórico, hoje um dos centros de ensino de maior destaque desta UFPE, despontaria, já na primeira metade da primeira década do século, o Dr. Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho, um grande orgulho pernambucano; um líder político, ex-governador do Estado, jornalista e intelectual, um homem altamente comprometido com a verdade dos fatos e por isto tanto ajudou o povo brasileiro, o estado de Pernambuco e o Brasil. Ainda naquela primeira década, intelectuais e artistas brasileiros lutaram por suas verdades literárias e artísticas e triunfaram com a “Semana de Arte Moderna do Rio de Janeiro”, em 1922, numa interação perfeita entre artistas, sociedade e academia. Surgiram nomes de artistas não antes famosos, entre os quais Di Cavalcanti, Oswald de Andrade e Manoel Bandeira, que passaram

à condição de verdades culturais brasileiras, que foram levadas para a sala de aula. Mas faltava a universidade brasileira; o centro das discussões universais. Uma instituição que permitisse a formação do cidadão com um ideário de cidadania: o cidadão de múltiplo saber, o homem mais crítico. Vivíamos a época das Politécnicas, das faculdades de Engenharia, Medicina e de Direito. Em 1920, surgia em Pernambuco, sob a competência do Dr. Jorge Lobo, a faculdade de Medicina do Recife, enaltecida na sua fundação pelo pensamento seu criador que se encontra exposto à frente do seu busto aqui no *campus*: “Faculdade de Medicina, o meu sonho, a minha faculdade, a nossa faculdade”. Hoje sentimo-nos felizes e honrados ao receber este título tão nobre de *Professor Honoris Causa*, neste belo auditório, que tem o nome deste grande empreendedor. Entretanto, o Brasil parecia não ter pressa para a criação de uma universidade. Com efeito, a primeira universidade brasileira viria a surgir de direito, mas não de fato, no início da década dos anos vinte. Possuindo um acervo intelectual invejável e vida cultural moldada na Europa, o Presidente do Brasil da época, o ilustre paraibano Epiácio Pessoa, criou a primeira universidade no Brasil, a Universidade do Rio de Janeiro, que congregava as três faculdades isoladas lá existentes. Essa universidade, infelizmente, não foi uma verdade. Ela existiu de direito, por meio de um decreto, mas não de fato, pois a sua criação teve por objetivo conceder o título universitário de *Doutor Honoris Causa* ao Rei Alberto I da Bélgica, com viagem de visita programada para o Brasil. Como curiosidade, essa universidade foi criada no dia 7 de setembro de 1920, porém nunca implantada. Permaneceram as faculdades isoladas por mais uma década. A primeira universidade brasileira de fato surgiu por meio de um grupo de empresários paulistas, liderado por Moreira Salles e pelo seu cunhado Júlio de Mesquita, proprietário do jornal “O Estado de São Paulo”. Eram dois participantes idealistas da derrotada “Revolução Constitucionalista” de 1932, que teve por objetivo derrubar o Governo Vargas. Esses dois empreendedores, após a volta do exílio, fundaram a Universidade de São Paulo, em 1935. Surgia à famosa USP, um grande orgulho dos paulistas e do povo brasileiro. Esses verdadeiros bandeirantes da educação superior queriam fazer do estado de São Paulo a locomotiva da federação, situada à frente dos demais estados. O mecanismo escolhido para alcançar este objetivo foi à criação de uma forte universidade. O Projeto USP foi enriquecido com a vinda de uma missão europeia de cientistas e

intelectuais. Assim sendo, muito cedo, surgiram em São Paulo Centros de Excelência nas áreas das ciências agrárias, sociais, econômicas, biológicas, exatas e médicas, todas participando intensamente no ensino, na pesquisa e na extensão. Essas instituições tornaram-se sólidas e famosas até os dias de hoje e em muito fortaleceram aquele estado, que viria a liderar o Brasil em termos de desenvolvimento econômico, social, científico, tecnológico e de produção de alimentos, até os dias de hoje, conforme era o sonho dos seus fundadores. Coincidentemente, o estado de São Paulo se tornaria o principal centro econômico da América do Sul e a sua capital a cidade mais desenvolvida do Brasil. Atualmente, São Paulo possui uma das mais vigorosas, dinâmicas, diversificadas e estáveis economias do mundo. Tivemos o privilégio de cursar o Mestrado em Fitopatologia na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiróz (ESALQ), em Piracicaba, instituição bem mais antiga de que a USP, mas que fez parte do projeto original da sua criação. A ESALQ, como é conhecida, sempre foi classificada como a faculdade de ciências agrárias mais evoluída cientificamente da América Latina e a USP se situa entre as mais renomadas universidades do mundo.

O ensino universitário nacional brasileiro teve os seus primórdios com os estudos de um grande educador: Francisco Campos, primeiro Ministro da Educação e Saúde Pública, ministério criado pelo governo revolucionário de Getúlio Vargas, iniciado em 1930. Em 1931, este ilustre brasileiro reorganizou o antigo projeto de criação da Universidade do Rio de Janeiro para, mais tarde, associado ao novo ministro Gustavo Capanema, outro intelectual progressista e ferrenho defensor de um sistema nacional universitário para o Brasil, fazerem aprovar a Lei 452/37, que transformou a fictícia Universidade do Rio de Janeiro na Universidade do Brasil. Portanto, minhas senhoras e meus senhores, a primeira universidade brasileira, pois a USP é estadual, nasceu às vésperas do Estado Novo, um golpe político-militar do Governo Vargas, executado pouco depois da aprovação desta Lei, ainda em 1937. O Estado Novo representou oito anos de escuridão para o povo brasileiro. Entretanto, segundo o progressista Gustavo Capanema, que continuaria no governo após o golpe, o Brasil nunca chegaria a ser uma grande nação sem um ensino universitário federal de qualidade e por isto iniciou uma luta para conseguir materializar o seu ideal. Para muitos, era um sonho, talvez influenciado pelo seu Oficial de Gabinete, o não menos sonhador Carlos Drummond

de Andrade, que viria a ser o nosso maior poeta. Lamentavelmente, o plano de Gustavo Capanema não chegaria a ser executado, principalmente o seu projeto de criação das cidades universitárias, a principal parte. Também, infelizmente, esta nova universidade não chegaria a influir significativamente nos destinos do país nem da educação, pelos oito anos que se seguiram, devido às ações nefastas do sistema opressivo e ditatorial do Governo Vargas, cujo arbítrio, truculência, atraso e obstrução da verdade eram mantidos como normas nacionais, sob o comando de maus brasileiros, do tipo de um Felinto Müller, de trágica memória (lembremo-nos da sua expulsão da Coluna Prestes e da morte de Olga Benário) e dos porões de tortura. A intelectualidade brasileira calou-se durante o Era Vargas; muitos se esconderam da verdade, outros foram forçados a omiti-la e muitos foram calados! Que sejam para sempre admirados e respeitados os nossos valorosos irmãos da UNE (União Nacional dos Estudantes) durante a Era Vargas; esses permaneceram fiéis às verdade brasileiras e não se calaram. Com destemor, enfrentaram tudo em defesa da liberdade no país. Lembremo-nos de Demócrito Cesar de Souza Filho, estudante de direito, mártir maior do arbítrio daquele período, morto aqui no Recife, em 3 de março 1945; o muito comentado crime político da Praça do Diário.

Mas o Brasil teria um segundo renascimento, logo após a Segunda Guerra Mundial. Retornaram à Pátria, em 1945, os nossos heroicos pracinhas, nossos defensores, vindos dos campos de guerra da Europa. Voltaram e venceram a batalha final, neste caso, sem tiros, com a derrubada do regime ditatorial do Presidente Vargas. Esta verdade pertence de fato àqueles bravos brasileiros. Raiou a liberdade no horizonte do Brasil, com o direito à livre expressão, o direito de ir e vir, o direito de ser brasileiro, de ter uma consciência nacionalista saudável, a prevalência da verdade, o direito ao voto popular, o brasileiro voltaria a sorrir. Neste ponto, minhas senhoras e meus senhores, existem duas faces em uma mesma verdade, do mesmo modo que existem duas faces em uma mesma moeda. Quem foi Getúlio Dornelles Vargas? Um ditador que governou com mão forte uma nação amordaçada durante oito anos do Estado Novo? Um homem que governou o Brasil com desrespeito aos direitos humanos? Não, a verdade de Getúlio Vargas não foi só esta. O seu histórico teve outra face. Getúlio foi um dos maiores, senão o maior, estadista que este país conheceu; o grande defensor dos pobres, o governante que dinamizou

a industrialização brasileira e protegeu a classe trabalhadora como nenhum outro governante fez até hoje. Getúlio foi um dos maiores personagens da história do Brasil; uma rica biografia. A sua trágica morte em 24 de agosto de 1954 provocou a maior consternação social já vista neste país.

Logo após a saída de Getúlio do poder e da redemocratização do país, entrou em evidência no mundo político brasileiro um personagem que viria a se tornar inesquecível para todos aqueles ligados à ciência, tecnologia e universidade no Brasil: o Almirante Álvaro Alberto da Mota e Silva. Esse brasileiro notável, que além de militar brilhante, era empresário, cientista, entusiasta do Brasil e da capacidade do povo brasileiro, conforme tão bem o caracterizou João Carlos Vitor Garcia na biografia “Álvaro Alberto, A Ciência no Brasil”, foi de fundamental importância para o desenvolvimento tecnológico deste país. Físico e químico, esse ilustre brasileiro foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Ciências, a ABC, muito forte e atuante até os dias de hoje. Em 1946, o Almirante Álvaro Alberto, como era conhecido, foi designado representante brasileiro na Comissão de Energia Atômica da Organização das Nações Unidas, que decidiria sobre o uso e o controle internacional da energia nuclear, que havia sido recentemente posta em prática de guerra, com as bombas detonadas em Hiroxima e Nagasaki, no Japão, ao fim da Segunda Guerra Mundial. Percebendo a extraordinária importância militar, política e econômica dessa nova tecnologia e a necessidade de o Brasil em dominá-la, o Almirante Álvaro Alberto fez aprovar a Lei nº 1.310, de 15 de janeiro de 1951, sancionada pelo Presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, em fim de mandato, que criava o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), após árdua batalha no Congresso Nacional e no Executivo, mas com o apoio fundamental da Academia Brasileira de Ciência, já muito atuante naquela época. O CNPq foi criado como uma agência governamental de promoção do desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro, mas que se transformou adiante no Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico, mantendo a sigla CNPq, a sua alta competência e eficiência administrativa, até os dias de hoje. Com o apoio do CNPq, foram lapidadas no Brasil as mentes das maiores autoridades em ciência e tecnologia dos tempos modernos neste país. Com o CNPq a comunidade científica brasileira passou a ter oportunidades para desenvolver os seus talentos e os seus projetos. Com apoio financeiro e bolsas de estudos, as verdades brasileiras passaram

a ser pesquisadas. Surgiram, rapidamente, as competências nacionais mais destacadas em ciência e tecnologia, com capacidade de dialogar cientificamente com as maiores autoridades internacionais. Um bom exemplo é o professor Cesar Lattes, físico muito famoso por seu currículo acadêmico, produção científica e por outros fatos, a exemplo dos seus diálogos sobre temas de Física com Albert Einstein. Nesta linha de competência, outros nomes de brasileiros poderiam ser aqui mencionados. Hoje, a “Medalha Álvaro Alberto” do mérito científico e tecnológico, é a mais alta comenda concedida a um cientista pelo Presidente da República do Brasil. O CNPq foi a pedra fundamental do desenvolvimento científico e tecnológico no Brasil por ter trazido grandes benefícios e apoio financeiro para as instituições nacionais de ensino e pesquisa, aos pesquisadores, aos docentes-pesquisadores e aos discentes iniciantes em pesquisa neste país. As avaliações feitas pelos CNPQ para concessões de auxílios e bolsas sempre levaram em consideração a competência e o mérito.

A despeito desses avanços verificados nas décadas dos anos 40 e 50, os grandes problemas brasileiros não cessaram. O Brasil continuava convivendo na maior parte das suas regiões geográficas com a falta de oportunidade para o desenvolvimento da cidadania. A causa não era mais um ditador com suas verdades absolutistas. As causas eram os mesmos fenômenos naturais cíclicos que assolavam e continuam assolando o território brasileiro: as secas e as enchentes; no caso do Nordeste: a falta de chuva, as antigas, agressivas e longas estiagens. A mesma seca, já comentada nos “Sertões de Euclides da Cunha”. O povo continuava sofrendo com a falta do elemento fundamental à vida: a água. Nas estiagens cíclicas, o nordestino continuava abandonando as suas glebas, em romarias trágicas, tão bem expostas na extraordinária obra “Os Retirantes”, do grande pintor brasileiro Cândido Portinari, concluída em 1944, de uma perfeição artística extraordinária. Relembro, como memória de uma leitura da adolescência, as cenas de um homem, uma mulher, suas crianças e da cadela Bahia, a procura da sombra do juazeiro, um grupo romantizado em “Grandes Sertões Vereda”, do Ilustre escritor sergipano Guimarães Rosas e que data de 1956. Essas cenas lamentáveis repetem-se até hoje. Estamos vendo, agora pela televisão, os nossos rebanhos serem dizimados pela falta de água e nossos irmãos sertanejos terem igualmente um trágico destino, em pleno 2013! Quem poderia minimizar essas dificuldades com soluções

imediatistas, para hoje? Quem poderia reduzir sofrimentos e evitar mortes? A resposta seria, evidentemente, os nossos políticos, nossos governantes, que são os representantes do povo junto aos poderes legislativo e executivo. Mas são poucos os nossos bons políticos, os mais atuantes em defesa da sua região e mais preocupados com o povo; são poucos! Os demais, só vão ao semiárido nas épocas das eleições para “visitarem” os náufragos da seca e prometer-lhes a redenção em troca do seu voto. O curioso é que são esses maus políticos e os seus acompanhantes burocratas que quase sempre participam de ricas comitivas que visitam Israel e o México à busca de soluções para o semiárido, mas nunca trazem algo de novo para programar. São homens que preferem o assistencialismo e as obras faraônicas, que rendem mais dividendos. Quem melhor do que as universidades nordestinas para visitarem as áreas mais castigadas pelas secas e analisarem *in loco* as possibilidades de sobrevivência humana naquelas circunstâncias climáticas para proporem soluções? As universidades, essas, sim, com seus professores e alunos, deveriam partir em comitivas oficiais para Israel e para o México, e com os exemplos de alta tecnologia observados, e com as suas competências profissionais poderiam, com propriedade, decidir sobre questões semelhantes à da transposição do rio São Francisco, perenização dos rios secos, cisternas, poços artesianos etc etc etc.

Minhas senhoras e meus senhores, existe uma dúvida que nos acompanha há anos e que neste momento é passada para os senhores: será que o problema primário do semiárido nordestino é falta de água? Será que tudo estará resolvido com o canal de transposição do esgotado rio São Francisco; um canal com poucos metros de largura, atravessando grandes latifúndios? Se for resolver, como afirmam muitos, eu pergunto: por que os cursos d’água perenes do semiárido nordestino, a exemplo dos rios Jaguaribe, Parnaíba, Poti e mesmo o Vaza Barris, este ligado à memória do Arraial de Canudos, todos cortando regiões semiáridas das mais secas, têm ao longo das suas margens grandes bolsões de miséria absoluta? Por que o estado do Maranhão, com seus longos e caudalosos rios, com chuvas regulares, todos os anos, sem secas, com solos agricultáveis e topografia favorável à mecanização, comporta altos índices de pobreza e desnutrição e o estado disputa a posição de mais pobre do Brasil? Por quê? São dúvidas que nos causam inquietações e que precisam ser discutidas academicamente. Um ponto é fundamental para

essa discussão: a Reforma Agrária ao longo das margens dos rios perenes do semiárido, respeitando-se o Código Florestal.

É importante ser ressaltado neste momento, minhas senhoras e meus senhores, que estamos abordando tópicos relativos à convivência com a seca no Nordeste. Entretanto, a discussão fundamental sobre a questão “seca do semiárido brasileiro e do semiárido mundial” é um desafio muito maior do que a simples análise local de um fenômeno climatológico e com enfrentá-lo. A seca é uma questão que preocupa a humanidade há milênios, com referências que datam do início dos tempos históricos. Pela gravidade dos problemas ecológicos, a exemplo das derrubadas das matas, a formação dos grandes lagos das hidroelétricas, associadas à queima dos combustíveis fósseis, o planeta Terra caminha para a aceleração da desertificação e catástrofes climáticas a exemplo das enchentes e secas. Estes assuntos merecem ser temas acadêmicos obrigatórios e linhas prioritárias de pesquisa nas universidades de todo o mundo e não deixados a mercê dos políticos.

Infelizmente, demorou muito, pois foi apenas recentemente, em 1972, que houve a primeira grande preocupação da Organização das Nações Unidas, a ONU, sobre as mudanças climáticas e outros assuntos similares, quando essa entidade resolveu promover a “Primeira Conferência sobre o Meio Ambiente Humano”, em Estocolmo, na Suécia, ocasião em que foi criado o “Dia Mundial do Meio Ambiente”, na data da abertura dos trabalhos, no dia 5 de junho de 1972. Aquele evento foi o início de uma série de importantes conferências relativas aos temas sociedade e ecologia, com ênfase em habitação, desenvolvimento social e meio ambiente. Essa reunião gerou um documento da mais alta prioridade em termos acadêmicos e práticos, o “Relatório Broadtland”, traduzido no Brasil com o título de “Nosso Futuro Comum”, pela Fundação Getúlio Vargas. O documento é dividido em três segmentos: preocupações comuns, desafios comuns e esforços comuns, todos polêmicos, mas fundamentais à nossa sobrevivência. Vivendo nos Estados Unidos nos anos setenta, pudemos observar, em meio às grandes discussões sociais que aquela década proporcionou naquele país, era a época dos *hippies* e da guerra do *Vietnam*, que duas correntes diametralmente opostas se confrontavam em relação ao “Relatório Broadtland”. De um lado, os que defendiam o crescimento econômico e social permanente a qualquer custo, alardeando abertamente a expansão do capitalismo selvagem, com metas

que visavam sempre o lucro. O segundo grupo consideravam a questão meio ambiente um mero capricho de burgueses ociosos ou então a criação de mais um obstáculo a ser colocado no avanço dos países do Hemisfério Sul, em processo de industrialização crescente. No outro extremo estavam os catastrofistas, que anunciavam o apocalipse para o dia seguinte. Estes, mais polêmicos, dividiam-se em duas facções: aqueles que apregoavam o fim iminente do planeta Terra, em consequência do esgotamento dos recursos naturais, e aqueles que anteviam a chegada da catástrofe em consequência da poluição excessiva. O debate foi rico, mas não conclusivo, e muitas questões encontram-se totalmente abertas até os dias de hoje. O *campus* da Universidade da Carolina do Norte, onde nós estudávamos naquela época, era riquíssimo em discussões e debates sobre esses e muitos outros temas de relevância social. Por exemplo, a questão agrotóxico x meio-ambiente x sociedade, um dos grandes dilemas por que passa a sociedade brasileira atual, foi exaustivamente discutida por meio de simpósios e palestras organizados pela universidade, com a participação da sociedade em geral, estudantes, cientistas e representantes das multinacionais produtoras de agrotóxicos etc. Ao fim dos debates triunfou a verdade e o velho preceito de aplicar agrotóxicos cada vez mais, para aumentar a produtividade e possibilitando maiores ganhos econômicos, independentemente dos danos ecológicos, deu lugar ao sistema integrado de controle de doenças e pragas da agricultura, o famoso *Integrated Pest Management* (IPM) pelo qual o uso de agrotóxico é eliminado ou reduzido ao mínimo. Com isto, houve benefícios extraordinários, principalmente para a sociedade consumidora de produtos agrícolas e para o meio ambiente. Das discussões e conclusões advindas da interação universidade-sociedade vieram as leis e a sociedade ficou protegida. No Brasil, além das universidades, ainda em ritmo muito lento, deve-se louvar a grande participação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), pioneira e ainda muito efetiva nos debates de temas fundamentais deste país.

Para finalizar, nós gostaríamos de relembrar outra discussão significativamente necessária em que a verdade ainda precisa ser debatida com grande intensidade e acreditamos que a universidade deveria estar capitaneando essa discussão. Com efeito, ainda na década dos anos setenta, a sociedade tomou conhecimento do “Relatório Meadows”, de responsabilidade do *Massachusset Institute of Technology* (MIT), por solicitação do Clube de Roma,

essa fantástica organização não governamental, que se reúne regularmente para discutir os mais importantes temas mundiais, especialmente os ecológicos. Esse estudo, e o seu respectivo relatório, alertaram para a impossibilidade do mundo em continuar nos então patamares de crescimento da época, sob pena de um drástico esgotamento dos recursos naturais. O “Relatório Meadow”, que detonou a crise ambiental nos meios científicos e empresariais, e que foi traduzido pela Fundação Getúlio Vargas com o título de “Limites para o Crescimento”, revelou, por meio de um modelo matemático, que o planeta Terra não suportaria o crescimento populacional que estava ocorrendo, devido à grande pressão gerada sobre os recursos naturais e energéticos e ao aumento da poluição, mesmo tendo em conta o avanço tecnológico. O assunto tornou-se polêmico e em mais um dilema para a humanidade: crescer ou não crescer? Como conciliar expansão humana, avanço tecnológico e conservação da natureza? Surgiu então o tema mais atual e já entendido por quase todos, mas ainda rejeitado por muitos, especialmente pelos megaempresários: o desenvolvimento sustentável. O lema diz: “Vamos crescer para assegurar a nossa felicidade, mas permitindo a felicidade das futuras gerações”. Para a consecução do desenvolvimento sustentável deve haver, antes de tudo, a integração de muitos universos do conhecimento, que necessitam ser associados numa discussão ampla, mas única. O processo se inicia com a questão ecológica, para termos onde morar com conforto e segurança; segue a questão social, para sabermos como viver bem, mas sem excessos e, finalmente, a questão tecnológica, pois precisaremos de alimentos e bens materiais necessários à nossa sobrevivência e ao nosso bem-estar, com o mínimo de poluição. Aqui, questionamos pela última vez nesta mensagem: qual é a entidade que tem o poder de unificar num só discurso competente esses temas, tirando conclusões verdadeiras e não comprometidas a não ser com a verdade? A universidade! Lembrem-se sempre: “Todos nós estamos pensando em deixar um planeta melhor para os nossos filhos, mas poucos estão pensando em deixar filhos melhores para o nosso planeta”. Se a universidade se omitir, deixando a juventude à toa, ficaremos sempre com as dúvidas: crescer ou não crescer? Crescimento sustentável, ou lucro sempre crescente? *To be or not to be?* Não vamos esperar por um final shakespeariano, pois este poderá representar o último ato da história do planeta Terra ou da nossa civilização. Os aumentos em frequência, volumes e severidades das

enchentes e das secas, associados aos problemas respiratórios da população têm sido grandes alertas e verdades que muitos não querem enxergar.

Minhas senhoras e meus senhores, terminamos aqui esta mensagem pedindo desculpas se fomos cansativo e agradecendo a presença e a atenção de todos. Para nós, foi um privilégio esta oportunidade de publicamente apresentar assuntos que nos são muito preocupantes.

Muito Obrigado.